

# PLURALISMO E DESLOCAMENTO IDEOLÓGICO: os limites democráticos dos processos de transformação na América Latina

**Camilo Negri**

Professor Adjunto do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas da Universidade de Brasília, DF, Brasil

Doutor em Ciências Sociais

## Resumo

O artigo analisa a qualidade da democracia por meio das restrições ideológicas que forçaram o deslocamento do conteúdo dos programas eleitorais de Luis Inácio Lula (Brasil) e Tabaré Vázquez (Uruguai). Conclui que, apesar da ampliação da participação, o jogo democrático contribui para a redução do espectro ideológico que caracteriza a contestação democrática, o que implica limites ao pluralismo e a inviabilização de transformações econômicas profundas.

**Palavras-chave:** qualidade da democracia; pluralismo; conteúdos ideológicos;

## Abstract

*The article analyzes the quality of democracy through the ideological constraints that forced the ideological shift of the electoral programs of Luis Inácio Lula (Brazil) and Tabaré Vázquez (Uruguay). Concludes that, despite the increased participation, the democratic game contributes to the reduction of the spectrum of content that characterize democratic contestation, which implies the unfeasibility of profound economic transformations.*

**Keywords:** quality of democracy, pluralism, ideological contents.

## Introdução

O deslocamento ideológico (NEGRI e CASTRO, 2009) é um processo observado em algumas democracias latino-americanas em que partidos políticos identificados com a esquerda abdicam de demandas redistributivas mais radicais (FRASER, 1995; HONNETH, 2001; SOUZA, 2003) para adequar o programa ideológico às condições hegemônicas de poder (GRAMSCI, 2000).

Diferente das transformações programáticas efetuadas durante o governo que, conforme Przeworski (1986), são resultados do jogo democrático, o deslocamento ideológico da esquerda é um processo histórico e pragmático com vistas a obter aceitação do eleitor e, conseqüentemente, ampliar as condições de vitória.

O fenômeno é observado no caso brasileiro, pela análise das transformações programáticas ocorridas nas campanhas eleitorais de Luis Inácio Lula da Silva, desde 1989 até a sua primeira vitória presidencial em 2002, e Uruguai, nas campanhas de Tabaré Ramón Vázquez Rosas, entre 1994 e 2004, intervalo entre a primeira campanha e a sua vitória eleitoral (NEGRI, 2009).

Dois paradoxos advêm da constatação do deslocamento ideológico. O primeiro se refere à força de reivindicações por redistribuição, tradicionais das esquerdas latino-americanas, especialmente as de base marxista (LOWY, 1999), que se enfraquece e converge para demandas por reconhecimento identitário. O segundo aponta para o pluralismo democrático, teoria que descreve o sistema político como aberto à participação de todas as ideologias (DAHL, 1989, 2001a, 2005), mas que, para se realizar, depende de limites ideológicos que, em grande medida, são desconsiderados pelos teóricos da democracia.

O primeiro paradoxo envolve o surgimento do que se convencionou denominar como novas esquerdas, fenômeno



já descrito por Mills (1965) na década de 1960, mas que ganha corpo em meados da década de 1970 (BRESSER-PEREIRA, 2000), se apresenta fortemente na Europa durante a década de 1980 e converge na América Latina no final da última década do século XX. A explicação trazida por Przeworski (1986), que descreve uma oscilação do centro político da esquerda para a direita, remete a um processo característico das instituições democráticas – ou do regime político; mas, desconsidera a sua relação com as condições socioeconômicas e culturais que, na América Latina, são preponderantes para entender a constituição ideológica das esquerdas e da democracia.

Se na Europa e Estados Unidos é possível sustentar a tese de Giddens (1996), que defende o fim da distinção entre extremos radicais de esquerda e direita devido ao término da Guerra Fria e a consolidação da modernidade, ou a análise de Inglehart e Welzel (2006) que percebem a transição de valores materialistas para pós-materialistas como resultado do desenvolvimento econômico; na América Latina, a desigualdade socioeconômica não permite estabelecer correlação direta entre desenvolvimento, modernização e surgimento de valores liberais ou enfraquecimento de demandas redistributivas.

O segundo paradoxo remete à refutação do pressuposto da abertura à contestação presente na teoria procedimental da democracia, tal como formulada por Robert Dahl. Embora as ciências sociais tenham dedicado especial atenção à crítica das concepções minimalistas, defendendo a importância da participação em termos mais amplos (PIZZORNO, 1975; PATEMAN, 1992; AVRITZER; COSTA, 2004), pouco se debate sobre a abertura à contestação, princípio fundamental para a poliarquia segundo Dahl.

O conceito de contestação, tal qual definido por Dahl, considera instituições e regras que permitem a liberdade de oposição e a participação sem coerção. A análise crítica dessa definição é fundamental para a explicação dos atuais processos democráticos e para contribuir com o debate sobre a qualidade da democracia, tendência nos estudos sobre a consolidação democrática na América Latina (IAZZETTA, 2013). Para tanto, o pressuposto da abertura à contestação pode ser considerado a partir do ponto de vista dos conteúdos ideológicos e sua transformação. A análise proposta neste artigo pretende compreender quais os limites da abertura à contestação das democracias latino-americanas por meio da comparação dos deslocamentos ideológicos das esquerdas Brasileira e Uruguaia no que tange as propostas econômicas.

Segundo a teoria da Hegemonia (GRAMSCI, 2000), a coerção não se limita à dimensão física, pois envolve processos ideológicos decorrentes das condições de classe. Há, na sociedade, a possibilidade de existência de diversas ideologias, referentes às diferentes condições de classe, entretanto, a situação hegemônica de uma ideologia reflete a preponderância dos valores, visões de mundo, crenças etc. de uma classe ou fração de classe dominante. Nesse sentido, a existência de conteúdos ideológicos diversos, institucionalmente aceitos e socialmente válidos é um pressuposto para garantir o pluralismo democrático. Na América Latina, contudo, o deslocamento ideológico da esquerda pode ser uma evidência de que a abrangência de determinados conteúdos ideológicos característicos da esquerda é restringida na democracia liberal.

A restrição de abrangência de conteúdos ideológicos da democracia latino-americana, resultado da hegemonia, facilita a existência de um tipo de participação política que legitima os grupos no poder, permitindo alianças com a sociedade (que se

convencionou chamar de organizações da sociedade civil) em torno de demandas menos radicais (PIZZORNO, 1975). Consequentemente, a restrição ideológica garante maior estabilidade às instituições democráticas – ao reduzir a diversidade de demandas potencialmente irreconciliáveis - e, em sentido limitado, amplia o processo de democratização. Entretanto, dificulta o estabelecimento de propostas de oposição com conteúdo à esquerda, diminuindo o potencial pluralista da democracia.

### **1. Deslocamento ideológico e os casos de Lula e Tabaré Vázquez**

A questão do deslocamento ideológico se vincula ao histórico debate marxista sobre a viabilidade de implementação do socialismo nos marcos político-institucionais liberais. A impossibilidade de transformações econômicas profundas, entretanto, não possui uma explicação satisfatória, pois se limita a constatação das origens burguesas da democracia, entendida como aparato institucional para se gerenciar os interesses econômicos das elites dominantes.

Por deslocamento ideológico se entende a conversão das propostas econômicas de esquerda em propostas econômicas que buscam preservar as bases do modelo econômico latino-americano. Esse processo é observado no transcorrer das participações dos candidatos em eleições sucessivas. No caso de Lula, são quatro tentativas eleitorais e no de Vázquez, três. Ambos os candidatos irão alterar, progressivamente, as suas propostas econômicas – passando da oposição ao modelo econômico vigente à aprovação da sua manutenção e desenvolvimento.

Mesmo que não haja consenso sobre o papel da esfera econômica para a definição do que é esquerda, tampouco sobre a sinergia entre democracia e capitalismo, o deslocamento ideológico indica que há um abandono, pelo menos por parte da dita nova esquerda, das bases ideológicas que caracterizariam esse posicionamento no espectro político-ideológico. As transformações das propostas econômicas, necessárias à vitória eleitoral, traduzem o reposicionamento que diminui oposições mais radicais. Com isso, as esquerdas deixam de se opor a base estrutural da sociedade moderna, sob a qual se assenta o pluralismo democrático, e assim, permitem problematizar o vínculo entre o sistema político (democracia) e o modelo econômico (capitalismo).

Embora as profundas diferenças contextuais possam ser consideradas relevantes para o reposicionamento das propostas, elas não são inteiramente explicativas. O fim da União Soviética, resultado da vitória dos Estados Unidos na Guerra Fria, fortalece os valores liberais e o sistema capitalista global, mas não impõe à esquerda desfazer-se dos princípios de redistribuição, especialmente na América Latina, onde a desigualdade social permanece um problema cujas causas ainda podem ser atribuídas ao capitalismo. A questão para a esquerda é se ao optar pela solução democrática também é necessário abdicar de pressupostos ideológicos críticos ao capitalismo e, em relação ao deslocamento ideológico, se é preciso abdicar de propostas contrárias ao livre mercado para vencer as eleições.

A dúvida é apresentada por Marco Aurélio Garcia, assessor especial do presidente Lula, que pergunta se

é possível uma experiência de esquerda na periferia do capitalismo, como é o caso do Brasil e de outros países? Essa

experiência está condenada de antemão a ser inviabilizada e um governo de esquerda que se constituir vai terminar como terminou o governo de Allende ou como terminaram outros governos de esquerda na América Latina? Ou ele vai necessariamente trair o seu ideário? (GARCIA, 2005, p.63).

Apesar de não responder a questão, Garcia destaca a existência de três possibilidades para um governo de esquerda. A primeira possibilidade é que a implementação de transformações dentro da democracia é viável, a segunda é que as demandas da esquerda são eliminadas pelo deslocamento ideológico e a terceira, que o governo de esquerda é inevitavelmente destituído por golpe de estado. O primeiro resultado não encontra respaldo empírico. Já os dois últimos, que inviabilizam transformações à esquerda, são observáveis.

## **2. O deslocamento ideológico de Lula entre 1989 e 2002**

Em 1989, o programa de governo têm como fundamento a ideia de um novo modelo de desenvolvimento econômico:

os pressupostos do novo modelo, que deverão orientar o conjunto de políticas específicas a serem implementadas, são os seguintes: a- **mudanças amplas e estruturais na ordem capitalista vigente**, opondo-se ao modelo econômico dependente do imperialismo, controlado pelos monopólios e pelos latifúndios; b- **subordinação da propriedade** privada dos meios de produção e distribuição aos objetivos sociais da atividade econômica; c- rompimento dos laços de dependência financeira e tecnológica com o sistema capitalista internacional; d- **mudança no papel do Estado, com a recuperação das suas funções de planejamento e orientação da vida econômica,**

**mantendo o controle sobre setores produtivos e financeiros estratégicos da economia;** e- distribuição de renda com vistas à erradicação da miséria absoluta, redução das desigualdades regionais a ampla difusão dos benefícios gerados pelo desenvolvimento, com busca permanente do pleno emprego dos trabalhadores; f- desenvolvimento voltado para as necessidades do povo brasileiro. (PARTIDO, 1998, p. 408, grifos do autor).

Em 2002, por sua vez, em sua “Carta aos Brasileiros”, documento que anuncia suas posições, Lula declara que:

O povo brasileiro quer mudar para valer. Recusa qualquer forma de continuísmo, seja ele assumido ou mascarado. Quer trilhar o caminho da redução de nossa vulnerabilidade externa pelo esforço conjugado de exportar mais e de **criar um amplo mercado interno de consumo de massas**. Quer abrir o caminho de combinar o **incremento da atividade econômica com políticas sociais consistentes e criativas**. O caminho das reformas estruturais que de fato democratizem e modernizem o país, tomando-o mais justo, eficiente e, ao mesmo tempo, mais competitivo no mercado internacional. O caminho da reforma tributária, que **desonere a produção**. Da reforma agrária que assegure a **paz** no campo. Da redução de nossas carências energéticas e de nosso déficit habitacional. Da reforma previdenciária, da reforma trabalhista e de programas prioritários contra a fome e a insegurança pública</SPAN>. (Carta aos brasileiros, 2002, p.1, grifos do autor).

A justaposição desses dois fragmentos é elucidativa do deslocamento ideológico operado nesse ínterim. Embora os contextos de 1989 e 2002 sejam díspares, a comparação dos programas de governo apresenta cinco principais mudanças de concepção sintetizadas no quadro 1. A derrota do socialismo real ou mesmo uma resposta pragmática ao eleitor liberal são parte da resposta, mas não justificam o reposicionamento ideológico observado nas propostas de Lula.

**QUADRO 1: Alterações na concepção dos programas de Lula**

<b>Alteração na concepção</b>	<b>Como era em 1989</b>	<b>Como ficou em 2002</b>	<b>Resultado</b>
1. Mercado Capitalista Internacional	Crítica e rompimento	Inserção é necessária	Modificou
2. Modelo de Desenvolvimento	Crítica o modelo	Adoção do modelo	Modificou
3. Setor Privado	Crítica ao setor	Incentivo ao setor	Modificou
4. Consenso entre os setores	Não é possível	Deve ser buscado	Modificou
5. Relacionamento entre as camadas sociais	Interesses contraditórios	É possível melhorias para todos	Modificou

Essas mudanças de concepção se refletem na modificação das propostas econômicas, conforme quadro 2:

**QUADRO 2: Síntese de alterações nas propostas de Lula**

<b>Proposta alterada</b>	<b>Proposta de 1989</b>	<b>Proposta de 2002</b>	<b>Resultado</b>
1. Dívida Externa	Não pagamento, pois prejudica o país	Pagamento auxilia crescimento	Deslocamento
2. Sistema econômico e questão social	Planejamento e desconcentração	Investir no privado	Deslocamento
3. Sistema financeiro	Proteger-se da sua ação	Inserir-se competitivamente	Deslocamento
4. Estado	Intervir diretamente no planejamento econômico	Aumento da exportação	Deslocamento
5. Inflação	Rejeição das propostas estrangeiras	Controlar inflação	Deslocamento
6. Mercado	Negociar para fixar preços	Investir na competitividade	Deslocamento
7. Tributos	Recuperar carga tributária	Desonerar a produção	Deslocamento

Destaca-se, no caso de Lula, que a transformação nas propostas delimita um conjunto de modificações ideológicas. Há uma conversão do programa de governo apresentado pelo PT e por Lula em 2002, que passa a desconsiderar uma leitura crítica mais radical e anti-capitalista, assumindo um discurso de manutenção dos rumos da economia capitalista e de investimento em desenvolvimento social.

### **3. O deslocamento de Tabaré Ramón Vázquez Rosas entre 1994 e 2004**

As modificações nas propostas econômicas de Vázquez são menos agudas que as de Lula. Não porque o uruguaio preserve a tradição socialista que forma parte do Frente Amplo do qual ele

é membro, mas porque o processo de deslocamento ideológico se inicia antes de 1994, ano de sua primeira candidatura. Assim, as mudanças parecem menores e o deslocamento se torna

menos perceptível. Mesmo restringindo a análise às propostas de 1994 e 2004 é possível identificar alguns pontos fundamentais que são alterados, conforme quadro 3:

**QUADRO 3: Alterações na concepção dos programas de Vázquez**

Concepção	Como era em 1994	Como ficou em 2004	Resulta
1. Modelo de Desenvolvimento	Sistema <b>planificado</b> de organização leva ao desenvolvimento voltado para o fim da crise.  Concebe o investimento nas produção dos <b>pequenos produtores</b> .	Investimento em tecnologia de ponta. Investimento no setor privado e misto. Consta que:  “La intervención del Estado, se basará en un Plan de Desarrollo Económico surgido de los acuerdos entre todos los sectores vinculados a la producción” PROGRAMA,2004, p.14	Modifica
2. Setor Privado	Programa estatizante de vários setores: bancário, agrário, produtivo em geral e comercial.	Não participação do Estado nas atividades básicas.	Modifica
3. Consenso entre os setores	O Estado deve intervir para levar a integração para o desenvolvimento	Mecanismos de participação e administração descentralizada	Modifica
4. Relação entre as camadas sociais	Opressão e desigualdade têm sua origem na alta concentração de terra e bens	É possível desenvolver uma sociedade integrada por meio da democracia	Modifica
5. Questão agrária	Expropriação de terras e investimento na exportação	Investimento na exportação	Modifica
6. Papel do Estado	Planejar, expropriar, organizar e suplantam o latifúndio.	Implementar formas participativas de decisão	Modifica

Há, assim, uma redefinição na concepção do programa de governo de Vázquez que se reflete em suas propostas econômicas. A nova forma de compreender o papel do Estado nas questões econômicas não

passa por uma crítica ao modelo econômico capitalista, mas pela constatação de que algumas transformações podem torná-lo mais eficiente e satisfatório para toda a sociedade. Um exemplo disso pode ser percebido

quando comparadas as distintas análises sobre o capitalismo e os problemas sociais. No programa de 1994 consta que os problemas sociais uruguaios possuem “dos grandes causas entrelazadas. Por un lado, “el predominio de un pequeño pero poderoso grupo oligárquico de grandes capitalistas que monopolizan la tierra, la industria y la intermediación, haciendo primar sus objetivos de lucro individual por encima de los intereses nacionales y populares. Por otro lado, la subordinación a los grandes centros del imperialismo, en los planos comercial, productivo, tecnológico y financiero” (PROGRAMA, 1994, p.1). Assim, não é o

capitalismo em si, mas as características singulares da sua forma no Uruguai. Em 2004, por sua vez, além da concentração de riquezas, existe a compreensão de que a abertura do mercado sem investimentos maciços nos diversos setores da produção ocasiona um aprofundamento da crise. Assim, a compreensão se distancia ainda mais de uma crítica ao modelo econômico capitalista e passa a versar sobre a incompetência administrativa de blancos e colorados.

O conjunto de transformações na concepção do programa econômico de Tabaré Vázquez se reflete em mudanças nas propostas, conforme apresentado a seguir:

**QUADRO 4: Síntese das alterações nas propostas de Vázquez**

<b>Alterações</b>	<b>1994</b>	<b>2004</b>	<b>Resultado</b>
1. Sistema econômico e questão social	Planejar e desconcentrar a riqueza por meio de investimentos prioritários na pequena produção.	Investir no exportador. Políticas para distribuição das riquezas.	Deslocamento
2. Sistema bancário e financeiro	Estatização do sistema bancário privado e reversão do crédito para pequenos e médios produtores. Captação de recursos internacionais. Centralização das definições de câmbio.	Investimentos no desenvolvimento da economia em todos os setores.	Deslocamento
3. Estado	Intervir no planejamento econômico para equacionar desigualdades. Planificação.	Promoção de mecanismos de participação	Deslocamento
4. Indústria e Mercado	Fixar preços, investir em cooperativas de produção e consumo. Investir na substituição de importação e em setores exportadores	Investir na competitividade exportação	Deslocamento
5. Setor agropecuário e trabalho	Estatização e reforma do setor agropecuário. Respeito às leis trabalhistas no campo. Aumento e regulação do salário mínimo	Modernização, industrialização, competição.	Deslocamento

Uma mesma tendência eleitoral move o deslocamento ideológico de Lula e Vázquez, entretanto, as novas soluções aos antigos problemas não refletem apenas uma

opção pragmática pela vitória, mas principalmente, a reformulação das críticas e do diagnóstico das causas. No caso brasileiro, o contexto posterior ao governo Fernando

Henrique Cardoso é significativo para reestruturar a estratégia eleitoral. A crise inflacionária da década de 1980 sucumbira e a estabilidade permitira maiores investimentos sociais. No entanto, os efeitos sociais da abertura ao livre mercado internacional ainda eram sentidos. A estabilidade econômica não combina com o discurso anti-capitalista e sim com a maior aceitação do mercado. No caso uruguaio, porém, a crítica do modelo econômico cede lugar às falhas na condução das políticas econômicas dos governos anteriores. Além disso, observa-se a aproximação do modelo de governo Lula, constantemente citado como exemplo bem-sucedido.

O deslocamento ideológico é uma ação racional referente a fins. Os candidatos atendem à dinâmica eleitoral, alterando características ideológicas em prol da vitória. As propostas são adequadas ao modelo econômico e, assim, o conteúdo de esquerda é reposicionado no espectro ideológico. Esse fenômeno possui, portanto, relação com o processo eleitoral e essa relação tem impacto sobre a pretensa qualidade da democracia de abertura à contestação.

#### **4. Poliarquia e pluralismo**

Apesar das críticas recorrentes (PATEMAN, 1992), Joseph Schumpeter (1976) inaugura uma escola da Ciência Política cuja principal característica é a diferenciação entre a Teoria Democrática prescritiva, de base filosófica, e a Teoria Democrática descritiva, de base empírica (SARTORI, 1994). Para o autor, uma teoria minimalista seria mais adequada à pesquisa empírica e ao desenvolvimento da Ciência Política. Essa teoria seria restrita aos aspectos e condições mínimas necessárias para a existência da democracia, entendida por seus meios e não por seus fins<sup>4</sup> – já que, como argumenta, os fins são constantemente

modificados e seu conteúdo historicamente disputado. Além disso, não apenas por ser um economista, mas por observar o impacto do capitalismo no sistema democrático existente, Schumpeter aproxima democracia e mercado em uma analogia que compara partidos, candidatos e eleitores – as três principais figuras da democracia – às empresas, empresários e consumidores – três principais agentes do mercado. A lógica é que há disputa por votos assim como há por consumidores.

Embora a democracia não possa ser plenamente explicada pelo modelo schumpeteriano, o autor define uma analogia coerente ao que Boron (2011) denomina como capitalismo democrático, característico da América Latina. Neste, os investimentos econômicos depreendidos por partidos e candidatos – financiados por empresas e grupos de interesse – são decisivos para o conteúdo e os resultados das disputas eleitorais. Quanto mais competitivo é o mercado, mais significativo é o impacto do capital na definição dos competidores. Na democracia, esse funcionamento aumentaria as chances de escolha de candidatos com maiores quantidades de capital econômico e ideológico (PRZEWORSKI, 1994).

Um dos desenvolvimentos teóricos mais consistentes advindo da proposta de análise minimalista de Schumpeter é a Teoria Democrática de Robert Dahl. O autor (2005) cunha o termo Poliarquia – governo de muitos – não apenas para escapar dos entraves semânticos do termo democracia – estreitamente relacionado com valores e significados prescritivos – mas principalmente, para designar os sistemas políticos realmente existentes marcados pelo pluralismo social. Conforme o autor, o sistema ideal e os arranjos institucionais devem ser distinguidos “e a experiência mostra, acredito, que, quando o mesmo termo é usado para ambos, intrometem-se, na análise, uma confusão desnecessária e

discussões semânticas essencialmente irrelevantes” (DAHL, 2005, p.31-32).

Para Dahl (2005), as duas variáveis principais da Poliarquia são a contestação e inclusão. Dois critérios mínimos para garantir a existência da democracia em condições de ampla diversidade de posições que caracteriza as sociedades modernas. Não contempla com isso a realização plena ou ideal dessas duas dimensões, mas sim, a existência de instituições que garantam oportunidades para o seu exercício. Assim, exime-se de uma série de contestações, de cunho qualitativo, ao seu trabalho. Por um lado, são variáveis suficientes para categorizar diferentes sistemas políticos; por outro, não analisa a democratização da sociedade e sim das instituições, portanto, não se preocupa com a existência de ampla participação e sobre o conteúdo da oposição.

Em termos gerais, as qualidades da poliarquia são definidas por meio das

**liberdades liberais clássicas** que são uma parte da definição de contestação pública e de participação: **oportunidades de exercer oposição** ao governo, formar organizações políticas, manifestar-se sobre questões políticas sem temer represálias governamentais, ler e ouvir opiniões alternativas, votar secretamente em eleições em que candidatos de diferentes partidos disputam votos e depois das quais os candidatos derrotados entregam pacificamente os cargos ocupados aos vencedores etc. (DAHL, 2005, p.41, grifo meu).

Os critérios teórico-analíticos propostos por Dahl se vinculam estreitamente ao voto individual, ao processo eleitoral e às instâncias que garantem condições propícias de abertura à oposição e de ampla participação. O autor não se detém na análise de constrangimentos ideológicos que podem conformar a participação e coagir a

contestação – analisados por Gramsci na sua teoria da Hegemonia. Destaca, todavia, a importância dos conteúdos ideológicos<sup>2</sup>, quando afirma que a abertura à contestação deve respeitar certos limites para a manutenção da democracia. A oposição não pode tudo, já que uma variedade de sub-culturas contraditórias, como denomina o autor, pode ser prejudicial à unidade de uma sociedade democrática e por em risco a sua intertemporalidade.

## 5. Restrições ao pluralismo

Para Bobbio (1986, p.12) “a democracia como método está sim aberta a todos os possíveis conteúdos, mas é ao mesmo tempo muito exigente ao solicitar o respeito às instituições”. Pateman (1992, p.13) alerta que, segundo Schumpeter, seria necessário atender algumas “condições necessárias para a operação do método democrático”, dentre essas condições se destaca a exigência de “que ‘todos os interesses envolvidos’ fossem virtualmente unânimes em sua lealdade aos ‘princípios estruturais da sociedade existente’”. O autor, contudo, não define precisamente quais são os princípios estruturais e se, nas sociedades democráticas existentes, o livre mercado e a propriedade privada também podem ser considerados como tal ou apenas os princípios institucionais da democracia<sup>3</sup>.

Tal qual Bobbio e Schumpeter, Sartori (1994) e Lipset (1967) também consideram que a abertura da democracia deve ocorrer em relação a todos os conteúdos que respeitem as regras. O’Donnell (1996), por sua vez, acrescenta quatro requisitos institucionais aos elaborados por Dahl, dentre os quais se destaca a condição intertemporal, ou seja, deve existir a expectativa de que a democracia não sucumbirá com o tempo ou a intentos antidemocráticos e que se fortalecerá cada vez mais.

Conforme Dahl (2001a, p.166), “instituições políticas têm maior probabilidade de se desenvolver e resistirem num país culturalmente bastante homogêneo e menor probabilidade num país com subculturas muito diferenciadas e conflitantes”. A grande diversidade e o antagonismo entre ‘subculturas’ pode levar à instabilidade, pois, “em casos em que um lado é numeroso e considera a vitória do outro como grande ameaça a valores altamente apreciados, é razoável esperar dificuldades sérias na continuação de um regime poliárquico” (DAHL, 1989, p.100). Em uma sociedade democrática é preciso haver, portanto, um conjunto comum de ideais, valores e identificações entre a população. Para atingir tal situação em sociedades heterogêneas, Dahl descreve o exemplo dos Estados Unidos, que vivenciou dois processos distintos, a assimilação e a coerção.

A primeira forma de homogeneização ocorreu “da década de 1840 aos anos 1920, a cultura dominante, que durante duzentos anos de governo colonial e independência fora solidamente estabelecida por colonizadores brancos vindos principalmente da Inglaterra, viu-se diante de imigrantes não-britânicos” (DAHL, 2001a, p.167). Conforme o autor, a dificuldade de assimilação foi “simplificada porque boa parte dos imigrantes adultos que foram para os Estados Unidos para conseguir uma vida melhor estava bastante ansiosa em se deixar assimilar” (DAHL, 2001a, p.167).

A assimilação, contudo, não ocorreu com os nativos indígenas, escravos negros e com as diferentes culturas que se formaram nos estados do sul e nos do norte e oeste, devido às distintas formas de produção. Os estilos de vida incompatíveis, baseados em uma economia dependente da escravidão, no caso do sul, e em uma economia não-escravagista no norte e oeste levaram à segunda forma de homogeneização. A coerção ocorreu por meio da “guerra civil que

durou quatro anos e custou inúmeras vidas” (DAHL, 2001a, p.169).

Quando a homogeneidade cultural não é possível, nem por assimilação nem por coerção, Dahl destaca três alternativas para a manutenção da democracia. A primeira alternativa são arranjos políticos baseados no consenso entre todos os grupos, assim, uma medida somente pode ser tomada se todos os grupos concordarem com a sua forma. A segunda são sistemas eleitorais planejados para incentivar políticas que busquem conciliar as diferenças indissolúveis. A terceira alternativa é a separação dos grupos em diferentes unidades políticas, autônomas e soberanas frente às questões que cindem o Estado (DAHL, 2001a).

A dimensão ideológica das sociedades plurais se apresenta para Dahl na homogeneização voluntária, especificamente naquela promovida por assimilação de valores e culturas. O exemplo estadunidense é significativo, além da incorporação de toda a sorte de imigrantes e da guerra civil, somente a partir da década de 1970 que a democracia passou a contar com a participação plena de negros e mulheres. A participação desses grupos pode ter ampliado abrangência de conteúdos institucionalmente aceitos, entretanto, a sua inserção está vinculada a suas lutas por assimilação.

Assim, embora a democracia deva possibilitar que todas as variações ideológicas possuam as mesmas chances de participação em eleições, a história demonstra que há limites em relação à abertura da democracia à contestação e oposição. Dois tipos de conteúdo sofrem os limites de abrangência da democracia. O primeiro, reconhecido e aceito na literatura sobre a democracia, é composto pelas propostas que impedem ou se opõem à consolidação, desenvolvimento ou continuidade da democracia. O segundo, praticamente inexistente na literatura, se dirige aos limites ideológicos dos conteúdos

que versam sobre fortes contradições socioeconômicas em sociedades pluralistas.

No primeiro tipo de restrição estão as propostas que não compartilham do princípio intertemporal, como a comunista (extrema esquerda que defende um processo revolucionário e a conseqüente ditadura do proletariado) ou o fascista (extrema direita que limita a atuação das instituições democráticas e rompe com os valores liberais). Assim, ambas acabam excluídas da gama de possibilidades democráticas e evidenciam a o princípio intertemporal da restrição de abrangência da democracia.

No segundo tipo estão os programas de governo que, embora defendam princípios institucionais como a manutenção da democracia, apresentam propostas contrárias aos princípios estruturais da sociedade moderna altamente apreciados por grupos ou sub-culturas (DAHL, 2005). A este tipo se denomina restrição de abrangência ideológica. O deslocamento ideológico é, portanto, uma estratégia de assimilação, resultado da postura pragmática frente ao processo eleitoral e expressa a restrição de abrangência de conteúdos ideológicos que caracteriza a democracia liberal.

Por não estarem formalmente situados nas regras ou instituições democráticas, nenhum dos tipos de restrição pode ser observado por meio de evidências diretas. Ao contrário da restrição intertemporal que se dirige aos projetos anti-democráticos, a restrição ideológica não possui um conteúdo evidente. A análise do deslocamento ideológico de Lula e Tabaré Vázquez indica a centralidade da estrutura econômica e, conseqüentemente, do anti-capitalismo, para a compreensão do conteúdo ideológico não abrangido pela democracia.

## **6. Restrição de Abrangência à Conteúdos Ideológicos e abertura à contestação anti-capitalista na Democracia Liberal**

O debate sobre a relação entre democracia e capitalismo está longe de um consenso mínimo. Grande parte das análises está centrada na problematização da tendência igualitária da democracia ideal em contraponto ao monopólio do poder permitido pelo capitalismo real. É o caso, por exemplo, de Wood (2003), que sintetiza a questão afirmando que o capital tolerou algum tipo de democracia, mas o aprofundamento desta impõe limites àquele, assim como o capitalismo se opõe à noção de poder popular. Por tratar de uma noção prescritiva de democracia a autora concentra a análise nas contradições e não considera a sinergia estabelecida na gênese de ambos. Tampouco considera porque a democracia floresceu no capitalismo.

Lipset (1967), no clássico “O Homem Político” evidencia que a democracia necessita dos resultados econômicos da modernização capitalista para a sua manutenção. Para o autor, a ampliação da classe média, conseqüência da modernidade, dirime os grandes conflitos sociais advindos das desigualdades de classe. Em oposição à sociedade tradicional, que favoreceria o poder de oligarquias populistas controlando massas desinformadas, a modernização estabiliza a democracia ao incentivar a moderação. Inglehart e Welzel (2006) apresentam evidências atuais de que a correlação entre desenvolvimento econômico, modernidade e democracia também se expressa nos valores sociais que dão suporte ao modelo político. Assim como Wood, o foco destes autores não está em analisar o papel da democracia na manutenção do capitalismo, contudo, identificam que valores característicos de determinada camada social, definida por suas

condições econômicas, são preponderantes para a estabilidade e desenvolvimento da democracia.

A análise da relação entre capitalismo e democracia exige considerar, ainda, que a configuração institucional das democracias atuais não possui origem no igualitarismo rousseauiano ou grego, mas nas propostas formuladas pelos pais fundadores da Constituição Americana, dentre os quais Madison foi o mais destacado<sup>4</sup>. Uma das principais preocupações de Madison era a tendência niveladora da democracia que poderia ameaçar o pressuposto liberal da propriedade privada (SHAPIRO, 2006, p.12; MACPHERSON, 1978, p.22; DAHL, 2001b).

Os pais fundadores se desviaram dos preceitos republicanos para assegurar o direito natural à propriedade privada, por meio da restrição à participação e instituindo o veto, mecanismo que impede aprovação de propostas contrárias aos interesses de minorias no poder (DAHL, 2001b). Com isso, ajustaram a existência da democracia a um modelo social em que havia desigualdade de propriedade, garantiram maior estabilidade à democracia e, conseqüentemente, à sociedade capitalista. Novas medidas, ainda menos republicanas, foram tomadas para restringir ameaças a esse sistema. Nitidamente, quando projetos ideologicamente orientados se difundiram nos Estados Unidos, a partir da década de 1950, o macarthismo criminalizou os comunistas. Na América Latina, as leis de defesa da democracia, especialmente entre as décadas de 1940 e 1950, tornaram os Partidos Comunistas ilegais. Posteriormente, as ditaduras militares romperam com pressupostos democráticos para combater o mesmo inimigo, muito embora mantivessem a aparência democrática por meio de sistemas eleitorais de fachada.

Ao realizar sua análise, Wood (2003) parte do pressuposto que o triunfo do

capitalismo, ao invés de somente ampliar sua aceitação, deveria oferecer mais espaço para a sua crítica. Se considerarmos ainda a liberdade de opinião e expressão, pretensamente incentivada pela democracia, a crítica seria ainda mais difundida. Na realidade, por um lado, os valores que suportam o capitalismo nunca foram tão apoiados<sup>5</sup> e as críticas tão restritas aos intelectuais e diminutos partidos e agrupamentos de esquerda. Por outro, as instituições democráticas se tornaram o espaço central do exercício político e a crítica ao capitalismo se distanciou do horizonte de possibilidades autorizadas pela competição eleitoral pragmática.

Nesse sentido, o deslocamento ideológico espelharia a responsividade, característica fundamental da democracia segundo Dahl (2005). Cada indivíduo possuiria uma opinião autônoma formada livremente e o voto conduziria a um resultado político que congrega as preferências individuais. Assim, a democracia representativa não seria um espaço de discussão de alternativas, mas de revelação. Como afirmou Gabriel Tarde (2005), “os indivíduos vão periodicamente votar, não para decidir qual sentido deverá ter sua comunidade, mas muito pelo contrário para se informar sobre o que sucedeu”, assim, “a identidade individual e a identidade coletiva só se tornam inteligíveis após essa operação estatística de revelação” (REYNIÉ, 2005, p.XVII).

A revelação da opinião pública, entretanto, não equivale à sua formação social e, como aponta Dahl (2001b), a responsividade acaba por incentivar candidatos a apenas seguirem interesses mais óbvios do eleitorado, o que justificaria o deslocamento ideológico. Assim, conforme Sartori (1962, p.74), a opinião pública possui duas formas: “(i) an opinion that is public merely in the sense that it is disseminated among the public, and (ii) an opinion which

the public to some degree has formed by itself”. A primeira forma é transformada em pública embora não seja formada pelo público. A segunda reflete a autoria da opinião pública pelos indivíduos. Conforme o autor, a primeira geralmente é resultado da vontade do Estado imposta sobre a sociedade e a segunda expressa a independência entre a formação da opinião dos cidadãos e os interesses de um Estado centralizado.

Para Sartori, a democracia ideal seria um instrumento imprescindível para garantir uma opinião pública livre dos interesses do Estado, contudo, “voting studies have, in effect, brought out a very poor picture of the ordinary voter, (...) the average citizen is neither interested nor active in the political discourse” (1962, p.75). E, segue o autor, “In many respects and instances the public has no opinion, but only a very inarticulate public feeling, made up of moods and drifts of sentiment” (SARTORI, 1962, p.76).

A compreensão da dinâmica de formação da opinião pública é um aspecto importante para explicar a relação entre capitalismo, democracia e o deslocamento ideológico de Lula e Vázquez e para compreender a restrição de abrangência de conteúdos da democracia. Nesse sentido, a teoria da hegemonia de Gramsci permite problematizar a correlação entre opinião individual, ideologia, sistema político e Estado, fornecendo orientações gerais de análise.

Conforme Carlos Nelson Coutinho,

o conceito de hegemonia (...) resulta da percepção por parte de Gramsci de que (...) o Estado deixou de ser o simples ‘poder de opressão’ de uma classe sobre outra, deixou de agir apenas através da coerção (...) e passou a adotar também, como recurso de poder, a busca do consenso, da legitimação, da direção intelectual e moral, que se expressam

através da adoção por uma classe (ou bloco de classes) dos valores inicialmente formulados por outra classe (ou bloco de classes). É a essa direção intelectual e moral que Gramsci chamou de hegemonia (COUTINHO, 2006, s/p.).

Para o autor italiano, os setores dominantes da sociedade construiriam os valores e as crenças que permitiriam e justificariam a sua permanência enquanto grupo dominante. Assim, além de utilizar outros meios de coerção, como o físico, por exemplo, a fração dominante da sociedade exerceria a dominação por meio da construção do consenso ideológico perceptível na sociedade civil.

Esse tipo de coerção, ideológica, seria ainda mais eficaz que os demais tipos de dominação, uma vez que, conforme Gramsci (1991, p.12) se manifestaria pelo “consentimento espontâneo dado pelas grandes massas da população à direção geral imposta à vida social pelo grupo dominante”. Segundo Anderson (2004, p.99), Gramsci transforma a noção de hegemonia em “um conceito inteiramente novo no discurso marxista, destinado precisamente a teorizar as estruturas políticas do poder capitalista”.

Uma vez existindo, a hegemonia dificultaria a formação das intenções e objetivos, ou, dito de outra forma, a hegemonia seria capaz de diluir os interesses em transformações radicais, mesmo que pacíficas, já que, conforme Anderson (2004, p.100),

este sistema hegemônico de poder era definido pelo grau de consenso que recebia das massas populares que dominava e por uma conseqüente redução na escala de coerção necessária para reprimi-las. Seus mecanismos de controle para assegurar este consenso residiam numa rede de instituições culturais – escola, igrejas, jornais, partidos, associações – que inculcavam

nas classes exploradas uma subordinação passiva utilizando um conjunto de ideologias tecidas no passado histórico e transmitidas por grupos de intelectuais ligados à classe dominante.

Gramsci indica, portanto, que uma ideologia – que produz homogeneidade dentro da classe ou de parte da classe – se torna hegemônica quando se naturaliza em grande parte da sociedade. Isso explica, ainda que preliminarmente, o que ocorreu com os programas de governo de Lula e Vázquez que, conforme apresentado, são impelidos a modificar propostas econômicas basilares relativas a transformações socioeconômicas para conquistar o eleitorado.

A noção de uma classe dominante condutora dos valores e visões de mundo das massas possui uma roupagem maniqueísta, simplificadora das dinâmicas características das sociedades democráticas, que parece não se encaixar ao complexo sistema social moderno e, principalmente, ao rigor e refinamento analítico das Ciências Sociais. A teoria da Hegemonia, entretanto, versa sobre os valores e visões de mundo e a mecânica de dominação política por meio da ideologia. Em sistemas democráticos, em que certa homogeneidade de sub-culturas em torno da democracia é necessária para a sua manutenção, a hegemonia é um conceito que traduz a existência de conteúdos políticos majoritariamente considerados justos, adequados, corretos etc. e, desta forma, define quais conteúdos ideológicos sofrem restrições na democracia. Em uma sociedade caracterizada por uma economia baseada no livre mercado capitalista e em valores que prestam suporte subjetivo a essa condição objetiva, as restrições aparecem quando é analisado o desempenho de alternativas políticas que se opõem a essa forma de produção.

Na América Latina, os valores democráticos não são resultado de uma cultura originalmente liberal e não se sustentam por meio de valores característicos do liberalismo (CASTRO, 2011). Na região, o desenvolvimento de um modelo liberal de democracia, até certo ponto exógeno à história e às tradições culturais e especificidades econômicas latino-americanas, indica que a consolidação da democracia ocorre baseada na universalização da ideologia liberal. Essa universalização de valores, ou homogeneização cultural, acontece, inicialmente, por meio da coerção e de impedimentos objetivos, como a proibição de partidos comunistas e, ainda, com a implantação de ditaduras militares que eliminaram opções ideológicas à esquerda. Na conjuntura democrática, a hegemonia produz a restrição de abrangência de conteúdos ideológicos, isto é, as instituições democráticas não estão abertas às ideologias que buscam transformações profundas das bases estruturais da sociedade. O deslocamento ideológico de Lula e Vázquez é um reflexo desses limites.

## **Considerações Finais**

Segundo Bobbio (1994), a principal característica da democracia é conseguir refletir o pluralismo da sociedade, institucionalizando a diversidade de posicionamentos ideológicos de forma pacífica. Dito de outra forma, as instituições democráticas seriam desenhadas para absorver as divergências de sociedades plurais e permitir respostas conciliadoras e mais adequadas ao princípio da maioria, sem desprezar as minorias.

Teoricamente, em uma sociedade pluralista democrática há diversidade de ideologias concorrendo para ocupar os espaços político-institucionais. Na América Latina, diferentes ideologias competem,

assim como prescreve a teoria, mas a vitória por meio do processo eleitoral é facilitada pela assimilação em torno de determinado conteúdo. Mesmo considerando a democracia representativa como um espelho das demandas sociais, a assimilação necessária para a vitória faz da democracia um filtro das possibilidades reais.

Embora seja possível imputar tanto ao Partido dos Trabalhadores no Brasil quanto ao Frente Amplio no Uruguai a responsabilidade por operar o deslocamento, a opção por abdicar de propostas críticas ao modelo econômico é uma forte evidência de que o sistema democrático apresenta limites à contestação. Evidentemente, os eleitores latino-americanos não são obrigados a optar por esta ou aquela ideologia e podem, muito bem, ser majoritariamente favoráveis à sociedade capitalista e como indicam as pesquisas de opinião o são. Entretanto, ao considerar as preferências ideológicas do eleitorado como fator preponderante para explicação do deslocamento, é fundamental analisar a singularidade deste deslocamento, que é realizado por partidos outrora identificados como de esquerda, e utilizar o aparato teórico gramsciano, especificamente a teoria da Hegemonia, para entender o resultado homogeneizante da ideologia liberal capitalista.

A hegemonia não atua cerceando todas as crenças e identificações ideológicas da sociedade, mas garante consenso em torno de valores determinantes para a manutenção do sistema econômico. Nas sociedades pluralistas, em que a democracia representativa é o principal mecanismo de ordenamento político, o efeito da hegemonia se expressa na restrição de abrangência ideológica, que torna os conteúdos antidemocráticos inviáveis, limitando suas possibilidades de vitória eleitoral. Assim, atua não apenas preservando a instituição política, mas também a estrutura econômica.

Se a dinâmica estabelecida entre as diferentes forças políticas é o que torna os resultados democráticos mais adequados às complexas sociedades modernas, a restrição de abrangência ideológica, apesar de facilitar a estabilidade da sociedade democrática, diminuindo oposições radicais, reduz a eficiência dos mecanismos pluralistas e compromete o sentido da participação. Além disso, aproxima a democracia daquilo que Dahl (2005) denominou como sistema hegemônico inclusivo, em que há abertura à participação, mas não à plena contestação.

Para a América Latina, ainda, dificulta transformações profundas que possam romper com estruturas de dominação econômica que marcam a história da região. A questão que se impõe, portanto, é o desafio de ampliar a abrangência ideológica da democracia, para que a participação – ou o accountability horizontal – possa versar também sobre opções ao desenvolvimento capitalista e não apenas sobre a tríade republicanismo-liberalismo-democracia (O'DONNELL, 1998).

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, P. **Considerações sobre o marxismo ocidental e nas trilhas do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2004.

AVRITZER, L.; COSTA, S. Teoria Crítica, Democracia e Esfera Pública: Concepções e Usos na América Latina. **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, v. 47, n. 4, p. 703–728, 2004.

BOBBIO, N. **O futuro da Democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BOBBIO, N. **As ideologias e o poder em crise:** pluralismo, democracia, socialismo, comunismo, terceira via e terceira força. Brasília: Ed. Unb, 1994.

BORON, A. **Aristóteles em Macondo:** reflexões sobre poder, democracia e revolução na América Latina. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2011.

BRESSER-PEREIRA, L. C. A nova esquerda: uma visão a partir do sul. **Revista Filosofia Política**, v. 6, p. 144–178, 2000.

CASTRO, H. C. DE O. DE. Cultura Política, Democracia e Hegemonia na América Latina. **REPAM**, v. 2, p. 79–96, 2001.

DAHL, R. **Um prefácio à teoria democrática.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

DAHL, R. **How Democratic is the American Constitution?** Yale University Press, 2001.

DAHL, R. A. **Sobre a democracia.** Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

DAHL, R. A. **Poliarquia: participação e oposição.** São Paulo: EDUSP, 2005.

EAGLETON, T. **Ideologia:** uma introdução. São Paulo: Boitempo; Ed. UNESP, 1997.

FRASER, N. From Redistribution to Recognition? Dilemmas of Justice in a ‘Postsocialist’ Age. **New Left Review**, n. 212, p. 68–93, 1995.

GIDDENS, A. **para além da esquerda e da direita:** o futuro da política radical. São Paulo: Ed. Unesp, 1996.

GRAMSCI, A. **Selections from the prison notebooks.** 12th ed. New York: International Publishers, 1991.

GRAMSCI, A. **The Antonio Gramsci Reader:** selected writings 1916-1935. New York: New York University Press, 2000.

HONNETH, A. Recognition or Redistribution?: Changing Perspectives on the Moral Order of Society. **Theory, Culture & Society**, v. 18, n. 2-3, p. 43–55, 2001. Disponível em: <<http://tcs.sagepub.com/content/18/2-3/43.full.pdf>>. Acesso em: 2/5/2013.

IAZZETTA, O. Democracia, calidad de la democracia y democratización. **Revista Debates**, v. 7, n. 1, p. 139–150, 2013. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/debates/article/view/33463>>. Acesso em: 11/8/2013.

INGLEHART, R.; WELZEL, C. **Modernization, cultural change, and democracy:** the human development sequence. Cambridge University Press, 2006.

LIPSET, M. S. **O homem político.** Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

LOWY, M. **O marxismo na América Latina:** uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

MACPHERSON, C. B. **A democracia liberal:** origens e evolução. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MANNHEIM, K. **Ideologia e utopia:** introdução à sociologia do conhecimento. Porto Alegre: Globo, 1956.

MILLS, C. W. **Poder e Política.** Biblioteca ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

NEGRI, C. **Restrição de abrangência de conteúdos ideológicos da democracia:** uma análise sobre a não-consolidação de programas de governo de esquerda no Chile, Brasil e Uruguai, 2009. Universidade de Brasília.

NEGRI, C.; CASTRO, H. C. DE O. DE. Governos de Esquerda? O deslocamento ideológico dos governos Lula (Brasil) e Tabaré Vázquez (Uruguai). In: A. M. Fernandes; S. Ranincheski (Eds.); **Américas Compartilhadas**, 2009. Brasília: Editora Francis e Verbena editora.

O'DONNELL, G. **La política**. Buenos Aires: Paidós, 1996.

O'DONNELL, G. Accountability horizontal e novas poliarquias. **Lua Nova**, n. 44, p. 27–54, 1998.

PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

PRZEWORSKI, A. **Capitalism and social democracy: studies in marxism and social theory**. Paris: Cambridge University Press, 1986.

PRZEWORSKI, A. **Democracia e Mercado: reformas políticas e econômicas na Europa Oriental e na América Latina**. Rio de Janeiro: Relume-Dumar, 1994.

SARTORI, G. **Democratic theory**. New York: Frederick Praeger, 1962.

SARTORI, G. **A teoria da democracia revisitada: o debate contemporâneo**. São Paulo: Ática, 1994.

SCHUMPETER, J. **Capitalism, socialism and democracy**. London: Allen and Unwin, 1976.

SHAPIRO, I. **The state of democratic theory**. Princeton: Princeton University Press, 2006.

SOUZA, J. (Não) Reconhecimento e Subcidadania, ou o que é “ser gente”? **Lua Nova**, n. 59, 2003.

TARDE, G. **A opinião e as massas**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

WEBER, M. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: Edunb, 2004. v. 1.

WOOD, E. M. **Democracia contra capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2003.

## NOTAS

1. A base metodológica do esquema de análise de Schumpeter é fundamentada em Weber (2004).
2. Ideologia aqui entendida em sua acepção mais geral, da existência de relação entre o pensamento, valores e visões de mundo e os grupos de pertencimento socioeconômicos (MANNHEIM, 1956). Para descrição mais completa ver Eagleton (1997).
3. A hipótese aqui proposta é que o deslocamento ideológico indica que um dos princípios estruturais é o sistema econômico, especialmente em um tipo de capitalismo periférico como o latino-americano e que, portanto, o conteúdo da oposição respeita o modelo econômico.
4. A questão é analisada por Madison no Federalist Papers, especialmente no de no 10, quando trata das facções e do perigo da tirania da maioria.
5. Dados que evidenciam o apoio ao modelo capitalista podem ser encontrados no World Values Survey disponíveis em <http://www.wvsevsdb.com/>.